

**- 39º ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS) -**

**GT 27 – PARTIDOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS**

**PERFIS DOS DEPUTADOS FEDERAIS DA 55ª  
LEGISLATURA (2015-2018): TENDÊNCIAS CONSERVADORAS?**

**Vitor Lacerda Vasquez**

**Jean Lucas Macedo Fernandes**

*Mestrandos em Ciência Política (IFCH/UNICAMP) e membros do  
Grupo de Estudos em Política Brasileira (PolBras – CESOP)*

Caxambu, Outubro de 2015

## **Resumo**

Após as eleições de 2014, muito foi dito na imprensa sobre o caráter conservador do Congresso eleito. O objetivo deste trabalho é verificar empiricamente a consistência destas afirmações no que concerne à Câmara dos Deputados, a partir do mapeamento das origens partidárias dos novos deputados. Além disso, traçaremos o perfil socioeconômico dos mesmos, comparando-os com políticos de legislaturas anteriores (1990 a 2010) e problematizando a questão da profissionalização política. Serão levadas em consideração variáveis como sexo, idade, educação e ocupação. Inicialmente, faremos uma breve revisão em torno do tema sobre conservadorismo na política institucional brasileira, e depois apresentaremos os dados e os métodos utilizados para operacionalizá-los. Por fim, concluímos que o crescimento da fragmentação partidária nesta última Legislatura pluralizou o perfil que a Câmara vinha tendo, abrindo espaço para a entrada de novas legendas e seus políticos, com perfis mais associados às ideologias de centro e de direita.

**Palavras-chave:** Câmara dos Deputados; eleições nacionais; espectro ideológico; perfis parlamentares.

## **Introdução**

Após as eleições nacionais de 2014, muito foi disseminado na opinião pública sobre o caráter conservador do Congresso eleito neste ano. Apontada como reflexo das manifestações de 2013 e 2014, bem como das insatisfações crescentes com os governos petistas, a composição da 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados é tida como a mais conservadora desde 1964<sup>1</sup>.

As mídias, de modo geral, têm definido como “conservadores” quatro grupos de parlamentares: ruralistas, religiosos, empresários e membros de organizações como polícias e forças armadas. Esta definição tem se baseia sobretudo a partir do cômputo da origem destes políticos e das pautas defendidas que tem se trazido o argumento de que o Congresso brasileiro da Legislatura 2015-2019 é o mais conservador dos últimos 50

---

<sup>1</sup> Uma das notícias de maior repercussão nesse sentido foi divulgada pelo jornal O Estado de S. Paulo, em 06 de Outubro de 2014, com base em uma pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Confira em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,diap-congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964,1572550>. Acessado em: 06 de Janeiro de 2015.

anos<sup>2</sup>. A diminuição no número de congressistas da frente sindical e defensores de pautas progressistas é um dado, segundo as mídias, que reforça a tese acerca do incremento conservador nas fileiras do Legislativo federal.

Com o objetivo de verificar empiricamente a consistência destas afirmações no que concerne à Câmara Federal, traçaremos os perfis socioeconômicos dos deputados federais eleitos, entre 1998 e 2014. Serão levadas em consideração variáveis como sexo, idade, educação e ocupação, que já foram trabalhadas por autores como Fleischer (1988), Braga, Veiga e Miriade (2009), Rodrigues (1987; 2002; 2006) e Costa e Codato (2012). Defendemos aqui a relação clássica, corroborada por Rodrigues (2002), de que a posição social, entendida a partir das variáveis acima descritas, está diretamente associada à orientação política. Além deste objetivo, debateremos a questão da profissionalização da classe política no Legislativo federal, que tem sido trazida recentemente pela literatura (Perissinotto e Bolognesi, 2010; Veiga e Perissinotto, 2011; Costa e Codato, 2012). Buscamos analisar, também, em que medida ela está articulada às mudanças observadas no perfil sócio-ocupacional dos deputados federais.

Algumas observações metodológicas são fundamentais, para definirmos o escopo do trabalho. A partir das separações propostas pela literatura, dividimos os partidos em faixas ideológicas, como mostra a tabela 1. Ao longo do tempo, o único deslocamento observado foi o do Partido Popular Socialista (PPS), que migrou da esquerda para o centro (Zucco Jr., 2011). Nos pleitos de 2010 e 2014, portanto, este partido faz parte do bloco “centro”.

Além disso, assumimos que o Partido Republicano da Ordem Social (PROS), Partido Social Democrático (PSD) e Solidariedade (SD), são partidos que debutaram em eleições nacionais em 2014, e se posicionam no centro do espectro. Um dos elementos levados em consideração para esta assunção foi a própria composição da bancada destes partidos, demonstrada no gráfico 1. Os deputados federais eleitos por estas agremiações e que já tinham se eleito para este mesmo cargo durante o período analisado por outros partidos, vieram dos três blocos ideológicos diferentes, conforme podemos observar no gráfico abaixo.

---

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, notícias em sites como Brasil de Fato (<http://www.brasildefato.com.br/node/30319>), Portal Terra (<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/mais-conservador-congresso-deve-emperrar-pautas-liberais.f6c6fa7824cf8410VgnCLD200000b2bf46d0RCRD.html>) e Folha de S. Paulo (<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1529052-mais-conservadora-camara-deve-barrar-aco-es-liberalizantes.shtml>). Sites acessados em: 06 de Janeiro de 2015.

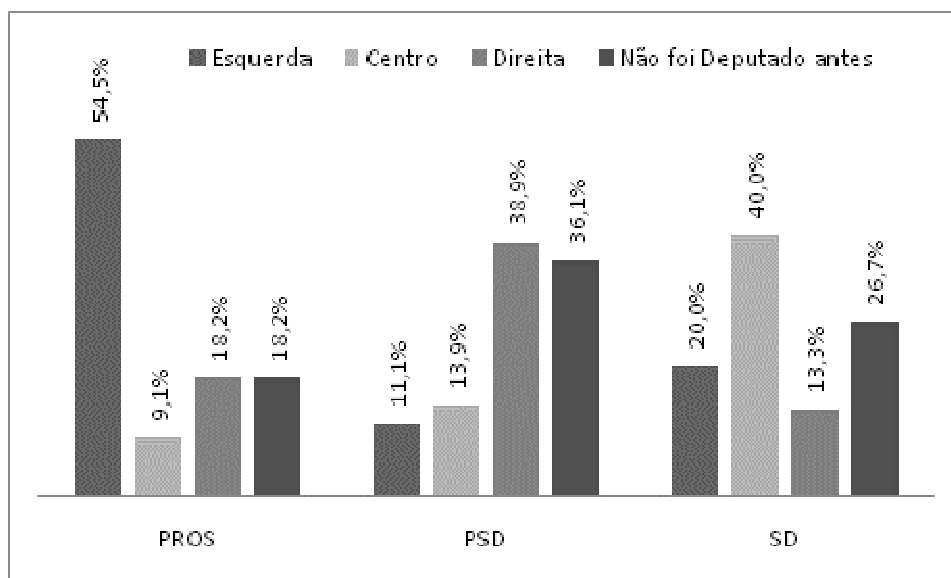
**Tabela 1 – Separação dos partidos em blocos ideológicos**

Esquerda	Centro	Direita
PC do B	PEN	PFL/ DEM
PDT	PMDB	PHS
PPS	PMN	PL/ PR
PSB	PROS	PPB/ PP
PSOL	PRP	PRB
PT	PSD	PRTB
	PSDB	PRONA
	PSL	PSC
	PT do B	PSDC
	PTN	PST
	SD	PTB
	PV	PTC
		PAN

**Fontes:** Mainwaring, Meneguello e Power (2000); Rodrigues (2002); Zucco Jr. (2011).

\*Conforme Zucco Jr. (2011, p. 42), nas eleições de 2010 e 2014 consideramos o PPS como partido de centro.

**Gráfico 1 – Origem dos deputados federais eleitos pelos novos partidos**



**Fonte:** TSE.

No que concerne às profissões, procuramos separá-las de acordo com os procedimentos metodológicos adotados por Rodrigues (2002, cap. 10). Isso nos facilita o diálogo com os argumentos do autor e com outros autores que trabalharam a partir de perspectiva metodológica semelhante (ver, por exemplo, Costa e Codato, 2012).

Entretanto, a fim de delimitar melhor o nosso objeto de investigação – os “grupos conservadores” compostos por religiosos, ruralistas, empresário, militares e policiais civis -, algumas ponderações foram feitas. Seguem abaixo as descrições das profissões que foram incluídas em cada grupo:

### **Comunicador**

Todos os profissionais que atuam com atividade de comunicação. Por exemplo, jornalista, redator, locutor de rádio etc.

### **Empresário**

Empresários e industriários.

### **Funcionário Público**

Todos que exercem cargos públicos, inclusive aqueles em comissão. Não foram inseridos aqui os cargos políticos conquistados em eleições.

### **Magistério**

Qualquer profissional de atividade magistério, incluindo pedagogos, professores de educação básica, de ensino superior e universitários.

### **Militar ou Policial Civil**

Membros das Forças Armadas, das Polícias Militares estaduais, das Polícias Cíveis e da Polícia Federal.

### **Político**

Deputados que antes do pleito estavam eleitos em cargos políticos, seja do Executivo ou do Legislativo, de qualquer esfera, federal, estadual ou municipal.

### **Profissional Liberal**

Profissionais com curso superior. Normalmente são médicos, advogados, engenheiros etc.

### **Religioso**

Padres, Teólogos, Ministros do Evangelho, Pastores, Bispos etc.

### **Rural Média**

Profissionais agrícolas de atividade média como técnicos e pequenos agricultores.

### **Ruralista**

Proprietários de terra em geral. Pecuáristas e produtores agrícolas.

### **Urbana Média**

Profissionais urbanos de atividade média como técnicos, metalúrgicos e comerciantes.

## **Outros**

Estudantes, estagiários, bolsistas, atores e cantores.

Após uma breve revisão em torno do tema sobre conservadorismo na política institucional brasileira, apresentaremos os dados, a fim de ilustrarmos nosso argumento. Acreditamos que a definição do atual perfil do Legislativo brasileiro – e em especial a Câmara dos Deputados – não é dada simplesmente pelo decréscimo dos deputados considerados progressistas, em contraposição a um crescimento dos setores ditos conservadores. Mudanças importantes vêm ocorrendo no Congresso, como apontam Rodrigues (2002; 2006) e Costa e Codato (2012). Estas, por sua vez, são complexas e não nos levam, diretamente, a um Legislativo mais “conservador”, mas sim mais pluralizado do ponto de vista socioeconômico. Por fim, após todo o debate, faremos nossas considerações finais.

## **O conservadorismo no Brasil redemocratizado**

De acordo com Mainwaring, Meneguello e Power (2000), os temas que definem a agenda conservadora na política brasileira se alteraram ao longo do tempo<sup>3</sup>. Durante o Regime Militar e os primeiros anos após a transição, a pauta dos conservadores se expressou principalmente através de atitudes com relação ao próprio regime e à democracia. Em geral, parlamentares conservadores apoiavam os governos militares e, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), votaram a favor de políticas militares como o arquivamento por tempo indefinido dos documentos oficiais confidenciais da Ditadura. Os chamados “entulhos autoritários” também procuraram ser defendidos pelos conservadores durante a ANC.

Power (2008) coloca uma segunda clivagem importante para a distinção entre esquerda e direita durante os anos 1980 e 1990: o papel das instituições políticas. A esquerda, por um lado, demandava reformas que fortaleceriam os partidos e os mecanismos de *accountability*, limitando a liberdade de ação dos parlamentares. Já a direita preferia instituições representativas mais permissivas, que garantiam um maior

---

<sup>3</sup> Este argumento em torno da pluralidade da direita brasileira também é explorado por Pierucci (1987) e Alves (2000). Para uma visão mais geral do assunto, cf. Bobbio (1995).

raio de ação aos políticos, independentemente de partidos. Ainda que tenha sido um tema relevante na ANC, Power (2008) defende que se trata de uma clivagem persistente ao longo das décadas, mobilizada principalmente quando se fala de reforma política.

Por fim, uma pauta importante na definição entre esquerda e direita era o papel de estados e mercados (Mainwaring, Meneguello e Power, 2000; Power, 2008). Isso se deve, dentre outros fatores, a um contexto de necessidade da reestruturação do estado brasileiro, onde até então o modelo estatista detinha grande força (Souza, 1992). Partidos e parlamentares conservadores tendem a sustentar posicionamentos econômicos pró-mercado, sendo mais abertos ao capital estrangeiro e às privatizações, além de favoráveis ao corte de gastos sociais – ou seja, o “enxugamento” da máquina estatal. A ideia de “estatização” existe na direita, mas no sentido de um reforço à autoridade estatal na manutenção da ordem (Alves, 2000) – é diferente, pois, da perspectiva da esquerda, defensora de uma maior presença do Estado na economia e na condução de políticas públicas.

O discurso modernizador da direita brasileira, portanto, passou a se sustentar em quatro eixos: privatização da esfera produtiva e dos serviços públicos; mudanças na administração estatal (eficiência na gestão pública); abertura do país para o mercado externo e modernização política (no sentido de superação do corporativismo) (Souza, 1992).

Algumas questões sociais importantes também ganharam força a partir dos anos 1980 e 1990, contribuindo para o estabelecimento da agenda conservadora no país, tais como: a posição contrária a leis de proteção ambiental e de direitos trabalhistas, que são entendidos como restrições ao crescimento econômico. Posturas mais inflexíveis quanto ao crime, à legalização do aborto e da maconha, e à igualdade de direitos para homossexuais também tem figurado como atitudes dos políticos conservadores no Brasil, desde os anos 1980 até os dias atuais. Pierucci (1987) argumenta inclusive que essas pautas de cunho “moral” podem não coincidir com ideais neoliberais, o que reforça a visão de uma direita diversificada, do ponto de vista de suas demandas e concepções de mundo. Neste caso da moralização, há um apelo pela intervenção estatal na legislação que regule a moralidade sexual e familiar, e os “bons costumes”.

Dentre estes assuntos, os que têm adquirido mais relevância nos debates políticos recentes, sobretudo durante períodos eleitorais, são aqueles de cunho moral e social: a discussão em torno de “mais ou menos” mercado, típica dos anos 1990, tem cedido

espaço a questões como direitos LGBT, aborto, legalização das drogas, laicidade do Estado e redução da maioria penal. Ainda que não seja o enfoque deste trabalho, não deixamos de reconhecer que a postura dos parlamentares perante estes assuntos também é um indicativo importante para a definição de seus posicionamentos ideológicos. Nos últimos anos, tem-se observado uma discussão mais aberta entre os deputados, em torno desses temas “polêmicos”. Se antes a direita brasileira era tida como “envergonhada”, se projetando mais à esquerda do que realmente era (Power, 2008; Madeira; Tarouco, 2010), atualmente os discursos conservadores de deputados e senadores se mostram mais explícitos e ganham repercussão na opinião pública<sup>4</sup>.

Ainda que façamos ressalvas sobre o quanto estes discursos representam *de fato* a aprovação de pautas e leis conservadoras, é notável que eles têm reforçado o perfil da Câmara apontado pela mídia. Há muito o que ser investigado para que se aponte a real guinada conservadora na principal casa legislativa do país. Um dos caminhos para essa investigação é apontado neste trabalho, por meio dos perfis parlamentares<sup>5</sup>.

### **Composição social e ideologia no Legislativo brasileiro**

Zucco Jr. (2011), ao investigar a percepção dos parlamentares sobre si mesmos, os demais partidos e a dinâmica do Congresso, concluiu que houve relativa estabilidade na escala ideológica dos partidos políticos brasileiros. Quase não aconteceu movimentação partidária entre os blocos ideológicos (direita, centro e esquerda), à exceção do PPS. Isso nos traz um indicativo de que as posições programáticas e a atuação de políticos e partidos na arena legislativa tem sido coerente com suas perspectivas ideológicas, gerando tomadas de posicionamento com certa consistência em relação aos temas discutidos no parlamento. De fato, os dados de Power (2008) demonstram que tem crescido no Brasil o apoio à atuação parlamentar via partidos e instituições formais, em detrimento de atuações mais individualizadas.

---

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, as discussões recentes em torno da redução da maioria penal <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/apos-rejeitar-pec-camara-aprova-novo-texto-que-reduz-maioridade.html>. Outro exemplo recente foi a notícia sobre o estatuto da família, aprovado na Comissão de Direitos Humanos: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/comissao-aprova-definir-familia-como-uniao-entre-homem-e-mulher.html>. Sites acessados em: 26/09/15.

<sup>5</sup> Outro eixo importante de análise é o trabalhado por Power e Zucco Jr. (2011), que investigam os posicionamentos ideológicos dos parlamentares a partir de *surveys*, onde eles declaram suas posições em relação a temas específicos.



Em estudo sobre as bancadas partidárias na Câmara dos Deputados, Rodrigues (2002) demonstrou que a composição social dos parlamentares, em termos das profissões ocupadas, também está diretamente relacionada à ideologia dos partidos em que atuam. Para o autor, há uma regularidade importante entre partido, ideologia e meio social de origem dos eleitos para a Câmara. O bloco partidário da *direita* é composto majoritariamente por empresários, profissionais liberais e funcionários públicos de alto escalão, ao passo que no *centro* se sobressaem os ex-profissionais liberais e ex-professores. Por fim, a *esquerda* é estabelecida principalmente por profissionais liberais, professores e operários e lavradores. Nesse sentido, a definição dos blocos partidários pelo corte profissional é um bom mecanismo para o estudo das estratégias de atuação dos deputados e das perspectivas ideológicas dos mesmos e de seus partidos de origem.

Utilizando a mesma metodologia alguns anos depois, Rodrigues (2006) defende a tese de que “está em curso uma alteração na composição sócio-ocupacional da classe política do país, nunca vista nos últimos decênios” (p. 6). Essa alteração se refere, principalmente, a um processo de democratização social do sistema político: com o crescimento dos partidos de esquerda, sobretudo a partir da vitória de Lula em 2002, e de setores originalmente ligados a eles (como os sindicalistas), a Câmara dos Deputados estaria passando por um processo de popularização. Padrões de recrutamento político de caráter mais “pluralista” estariam em expansão, em contraposição às carreiras de corte mais elitista e tradicional.

Para Santos e Serna (2007), há distintos padrões de recrutamento entre os partidos de esquerda e de direita. Segundo os autores, o perfil social é uma variável importante para se explicar essas diferenças. Na esquerda, o recrutamento das bancadas se dá majoritariamente no setor público, na classe média assalariada, entre sindicalistas, lideranças de movimentos sociais, etc. As carreiras, devido a este padrão de recrutamento, seriam mais endógenas aos próprios partidos e movimentos, e mais dependentes de recursos coletivos e mobilizações de bases de apoio mais enraizadas. A direita, por outro lado, advém de recrutamentos mais elitistas e tradicionais, ligados às classes de proprietários urbanos e rurais, profissionais liberais dotados de recursos materiais e de reputação personalizada<sup>6</sup>. Dentre estes políticos, haveria menor lealdade à

---

<sup>6</sup> Gibson (1992) e Middlebrook (2000) argumentam que os núcleos constitutivos (*core constituencies*) dos partidos conservadores são os extratos mais elevados da sociedade. O caso brasileiro, na visão da literatura, parece seguir na mesma direção – se entendermos tais núcleos como os políticos que geralmente ocupam

filiação partidária, com carreiras políticas laterais, descontínuas e iniciadas tardiamente. Por fim, aponta Rodrigues que o centro possui uma proporção menor de empresários, comparada à direita, ao passo que os ex-profissionais liberais e os ex-professores se elevam. O autor encontra que a “composição social dominante”, o que para Costa e Codato (2012) está associado as fronteiras ideológicas menos rígidas – o que garante a esses partidos maior flexibilidade para abrigar perfis sociais heterogêneos.

Independentemente do bloco ideológico, a literatura tem argumentado que a morfologia social dos parlamentares brasileiros tem se alterado ao longo do tempo (Rodrigues, 2006; Costa e Codato, 2012). Em relação à Câmara dos Deputados, Perissinotto e Bolognesi (2010) encontram que a variável *profissionalização política* é a que mais aumenta as chances de sucesso eleitoral, em todas as posições ideológicas. No processo de seleção de candidatos, há uma tendência de os partidos levarem em conta aqueles indivíduos que já possuem experiência prévia na política (Braga; Veiga e Miriade, 2009; Veiga e Perissinotto, 2011). Nesse sentido, os políticos profissionais vêm adquirindo um espaço considerável na política brasileira. No entanto, segundo Costa e Codato (2012), trata-se de um campo de investigação ainda em aberto, com muitas perguntas a serem exploradas. Os autores apontam que há hipóteses conflitantes quanto ao recrutamento e ao perfil dos legisladores brasileiros – por exemplo, as teses da popularização vs. profissionalização da classe política. Muitas dessas discussões encontram-se em construção, visto que os profissionais da política são uma questão em aberto.

Seguindo esses debates em torno dos processos de profissionalização e/ou popularização dos deputados federais, procuraremos argumentar que a tese da guinada conservadora da atual Legislatura não se comprova tão facilmente. Corroboramos com a literatura quanto às transformações na composição social do Legislativo federal. A hipótese da profissionalização dos políticos nos parece bastante verídica. No entanto, deve-se chamar a atenção para o fato de que, mesmo neste caso, algumas perguntas precisam ser melhor exploradas: como essa classe política está se profissionalizando? A partir de que origem?

Em um primeiro nível, há a declaração do candidato enquanto “político” – o que nos remete à hipótese da profissionalização. No entanto, este indivíduo não é apenas

---

os cargos eletivos por esses partidos. Suas bases sociais, por outro lado, se expandem para além dos setores mais elevados da sociedade, atingindo inclusive as classes mais baixas (Pierucci, 1989; Singer, 2012).

político: suas origens sociais e profissionais, muitas vezes, remetem a outras profissões, a partir das quais ele passa por processos de socialização e formação, podendo inclusive se inserir politicamente a partir delas. Será a partir desta segunda declaração que poderemos precisar melhor a questão da profissionalização e, ao mesmo tempo, apontar o perfil sócio-ocupacional dos deputados. Após este exercício, teremos uma base empírica mais consistente para apontar a direção ideológica para a qual as Legislaturas na Câmara tem seguido.

### **Perfis sócio-ocupacionais na Câmara dos Deputados**

Um primeiro dado que chama atenção é o crescimento da fragmentação partidária na Câmara, que atinge o seu maior valor na Legislatura atual (2015-2018), como mostra a tabela 2. Isso torna o cenário para a avaliação dos perfis parlamentares ainda mais diverso, na medida em que estamos tratando de organizações bastante díspares entre si. De 2011 a 2013, o TSE deferiu a inscrição de cinco novos partidos. Apenas neste curto intervalo, o número de agremiações registradas subiu de 27 para 32 - um aumento de 18,5%. Em termos eleitorais, estes partidos que disputaram pela primeira vez as eleições para deputados federais obtiveram sensível êxito, o que fragmentou ainda mais a distribuição de cadeiras na Câmara. Em 2014, 28 partidos conquistaram assento na casa - o máximo até então era de 22.

**Tabela 2 – Número de partidos com representação parlamentar (1998-2014)**

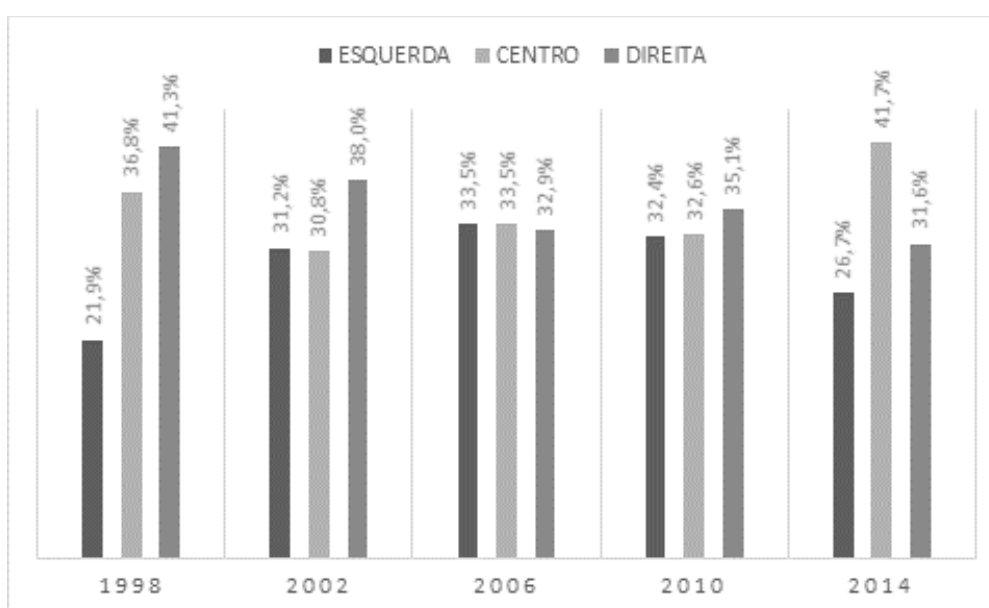
<b>ELEIÇÃO</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
<b>NPARTIDOS</b>	19	19	21	22	28

Fonte: TSE.

Um olhar mais amplo sobre a distribuição partidária nos ajuda a ilustrar melhor essas mudanças. De acordo com o gráfico 2, desde 1998, é notável o crescimento da representação dos partidos de esquerda, que apresentam seu primeiro decréscimo no pleito de 2014. As agremiações que mais contribuíram para isso foram PT e PSB, como mostra a tabela 3. A ascensão do PT à Presidência da República, em 2002, ajuda a explicar este aumento. A direita, por outro lado, é hegemônica em quase todas as Legislaturas, à exceção de 2006 e 2014, quando elegeu a menor porcentagem de deputados, mas ainda assim com mais de 30% dos assentos da casa. As perdas de

PFL/DEM e PPB/PP, sobretudo em 2002 e 2006, são as que mais contribuíram para esta nova posição dos partidos de direita na composição da Câmara. O centro, por fim, mantém seu relativo sucesso ao longo do tempo e se destaca, sobretudo, na Legislatura atual. Isso está ligado ao bom desempenho dos novos partidos (PSD, PROS e SDD) e à presença de partidos fortes neste bloco - PSDB e PMDB. Ainda que apresentando perdas no número de cadeiras ao longo do tempo, ambos os partidos garantem representações consideráveis na Câmara.

**Gráfico 2 – Distribuição dos partidos por eixo ideológico**



Fonte: TSE.

Cabe ponderarmos sobre os partidos novos, que juntos ocupam cerca de 12,1% das cadeiras, e a sua localização no espectro ideológico. Não há, ainda, trabalhos que se atenham mais detidamente à classificação destes partidos. O que tem sido ressaltado é a sua composição por políticos oriundos de partidos de direita e centro-direita, bem como a defesa de pautas mais conservadoras. Ou seja, são parlamentares que, em sua maioria, não ocuparam espaços em partidos à esquerda. Concordamos com Rodrigues (2002) e sua argumentação de que os partidos de centro brasileiros, no limite, tendem a apoiar tendências mais à direita do que à esquerda. No entanto, cabe ressaltar que nos três partidos tivemos deputados que já tinham se eleito por legendas de esquerda. Com destaque ao PROS, onde 54,5% dos candidatos que eles elegeram já tinha feito a mesma conquista por partidos do bloco “esquerda”.

**Tabela 3 – Número de deputados eleitos, por partido (1998-2014)**

<b>N DEPUTADOS</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
PPB/PP	60	48	41	44	38
PMDB	82	76	89	78	66
PDT	25	21	24	27	19
PTB	31	26	22	22	25
PT	59	89	83	86	69
PFL/DEM	104	83	65	43	21
PL/PR	12	26	23	41	34
PPS	3	15	22	12	10
PC do B	7	12	13	15	10
PSB	18	22	27	35	34
PSC	2	1	9	17	13
PTC	0	0	3	1	2
PSDB	99	70	66	54	54
PST	1	3	0	0	0
PMN	2	1	3	4	3
PV	1	5	13	13	8
PRP	0	0	0	2	3
PRONA	1	6	2	0	0
PSL	1	1	0	1	1
PSDC	0	1	0	0	2
PAN	0	0	1	0	0
PHS	0	0	2	2	5
PRB	0	0	1	8	21
PSOL	0	0	3	3	5
PT do B	0	0	1	3	1
PRTB	0	0	0	2	1
PEN	0	0	0	0	2
PROS	0	0	0	0	11
PSD (1)	3	4	0	0	0
PSD (2)	0	0	0	0	36
PTN	0	0	0	0	4
SD	0	0	0	0	15

Fonte: TSE.

Somente para ficarmos na questão partidária, o número de deputados que se elegeram em 2010 e em 2014 foi de 255, que representa 49,7% da casa<sup>7</sup>. Destes reeleitos, 20 são do PSD, 9 do SD e 8 do PROS, perfazendo 55,56%, 60% e 72,7% das cadeiras conquistadas por estes partidos, respectivamente. E, somando estes políticos das três legendas, eles totalizam 14,5% dos deputados reeleitos em 2014. Há indicativos, portanto, de que a mudança partidária, conhecida formalmente como “migração partidária”, permanece, mas com alguma inovação - agora apoiada pela criação de novos partidos.

Alguns dados mais gerais sobre o perfil social revelam que há poucas mudanças na 55ª Legislatura. A escolaridade dos parlamentares eleitos se mantém praticamente

<sup>7</sup> As taxas de reeleição durante o período analisado mantiveram-se sempre em torno de 50%. Sendo 51,4% em 2002, 49,1% em 2006 e 51,5% em 2010.

com as mesmas distribuições dos outros pleitos<sup>8</sup>, com grande destaque para aqueles que possuem ensino superior completo. Os percentuais tendem a ser um pouco maiores entre os partidos de esquerda e centro, apresentando valores em torno de 80%. Na direita, por outro lado, a média para a série histórica aqui delimitada foi de 76,3%. Ganham certo destaque, nesses partidos, políticos com ensino médio completo. Trabalhos clássicos como os de Rodrigues (1987) e Fleischer (1988) já revelavam padrões parecidos de distribuição dos níveis de escolaridade, onde políticos com algum diploma universitário era o grupo preponderante.

**Tabela 4 – Escolaridade dos Deputados Federais (1998-2014)**

<b>ESCOLARIDADE GERAL</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
Lê e Escreve	0,2%	0,4%	0,2%	0,2%	0,2%
Ensino Fundamental Incompleto	1,0%	1,6%	1,0%	0,4%	0,8%
Ensino Fundamental Completo	0,6%	2,2%	1,4%	3,5%	1,9%
Ensino Médio Incompleto	2,0%	1,2%	0,6%	0,8%	0,8%
Ensino Médio Completo	9,6%	9,8%	9,0%	8,8%	8,8%
Ensino Superior Incompleto	6,8%	8,8%	7,4%	8,6%	7,6%
Ensino Superior Completo	79,3%	75,1%	80,5%	77,8%	79,9%
Não Informado	0,6%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: TSE.

Os dados revelam, também, um pequeno aumento no número de parlamentares do sexo feminino na atual Legislatura, chegando a quase 10%, como mostra a tabela 5. Este valor cresceu em todos os blocos ideológicos, com destaque para a direita, onde o percentual de mulheres passou de 6,1%, em 2010, para 8,6% em 2014. A esquerda continua sendo o eixo onde elas encontram mais espaço, com a Legislatura atual apresentando 13,9% de mulheres vis-à-vis 12,7% em 2010. O centro, por fim, cresce passa de 7,8% para 8,4%.

**Tabela 5 – Distribuição dos parlamentares por sexo (1998-2014)**

<b>SEXO GERAL</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
masculino	94,3%	91,8%	91,2%	91,2%	90,1%
feminino	5,7%	8,2%	8,8%	8,8%	9,9%

Fonte: TSE.

<sup>8</sup> Distribuições semelhantes foram observadas, também, entre os blocos ideológicos ao longo do tempo. As tabelas específicas para esquerda, centro e direita se encontram em anexo.

Em relação à faixa etária, a maioria dos parlamentares continua se concentrando entre 40 e 60 anos. Para a Legislatura atual, especialmente na esquerda, um dado se destaca: a porcentagem de deputados na faixa dos 50-60 anos é de 41,6%, ao passo que no centro é 32,7%, e 30,9% na direita. Isso reverte o perfil encontrado por Fleischer (1988) para as Legislaturas de 1979 e 1983, onde a direita apresentava deputados um pouco mais velhos, em relação aos partidos de esquerda/oposição. Ao longo dos pleitos, nota-se um relativo crescimento dos políticos mais jovens (até 30 anos), principalmente entre os partidos de centro e de direita. A esquerda, por outro, lado diminui seu contingente de parlamentares com menos de 30 anos: passa de 3,6%, em 2010, para 2,9% em 2014.

De modo geral, os dados apresentados por Rodrigues (1987) seguem na mesma direção, com uma pequena mudança: a concentração de políticos na faixa dos 40 anos era maior durante os anos 1980 (44%, de acordo com o autor). Ainda que lentamente, tem-se observado uma maior presença dos políticos abaixo dessa faixa etária ao longo das Legislaturas.

**Tabela 6 – Distribuição dos parlamentares por faixa etária (1998-2014)**

<b>IDADE GERAL</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
<b>Até 30</b>	2,0%	2,4%	4,1%	3,9%	5,7%
<b>30 - 40</b>	17,8%	12,6%	10,9%	14,0%	15,6%
<b>40 - 50</b>	41,1%	37,3%	33,5%	28,3%	24,8%
<b>50 - 60</b>	29,5%	34,6%	33,1%	34,7%	34,5%
<b>Mais 60</b>	9,6%	13,2%	18,3%	19,1%	19,5%

**Fonte:** TSE.

Quanto às profissões, de modo geral, a tabela 4 mostra que o empresariado vem crescendo constantemente ao longo do tempo – tendência que é observada também no Senado, mas de forma mais acentuada (Costa, Costa e Nunes, 2014). Este crescimento é observado nos três blocos ideológicos, mas de forma mais intensa nos partidos de esquerda e de centro (tabelas 5 e 6). Na esquerda, que mais atrai esses profissionais são PSB e PT. No centro, os partidos que fazem esta diferença são PSDB, PSD, PROS e SD. A associação do empresariado a partidos de direita não tem se mostrado tão direta nos últimos pleitos, pelo menos para a Câmara dos Deputados: a distribuição de seus políticos tem se dado ao longo de todo o *continuum* ideológico.

**Tabela 7 – Distribuição sócio-ocupacional dos Deputados Federais (1998-2014)**

PROFISSÃO GERAL	1998	2002	2006	2010	2014
Profissional Liberal	40,9%	34,5%	26,7%	17,5%	20,7%
Funcionario Publico	2,3%	2,4%	2,5%	2,1%	2,7%
Magisterio	3,5%	5,1%	3,3%	2,9%	2,3%
Empresario	3,9%	6,1%	8,2%	9,4%	10,7%
Politico	22,1%	29,4%	46,8%	55,2%	51,1%
Comunicador	1,6%	1,8%	1,4%	1,0%	1,6%
Religioso	1,2%	2,0%	0,4%	0,4%	0,4%
Militar ou Policial Civil	0,8%	0,8%	0,4%	0,2%	1,2%
Urbana Media	4,3%	4,3%	4,1%	3,1%	2,3%
Ruralista	5,3%	1,0%	1,8%	0,6%	0,6%
Rural media	0,4%	1,6%	0,4%	0,8%	1,0%
Outros	8,4%	3,5%	4,1%	6,8%	5,5%
Sem informacao	5,3%	7,6%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: TSE.

**Tabela 8 – Distribuição sócio-ocupacional dos Deputados Federais: Esquerda (1998-2014)**

PROFISSÃO ESQUERDA	1998	2002	2006	2010	2014
Profissional Liberal	41,1%	36,5%	27,9%	19,3%	24,1%
Funcionario Publico	0,0%	3,1%	3,5%	5,4%	2,2%
Magisterio	6,3%	9,4%	5,8%	5,4%	5,8%
Empresario	0,9%	1,9%	2,3%	3,6%	8,8%
Politico	20,5%	23,3%	44,8%	49,4%	44,5%
Comunicador	2,7%	1,9%	1,2%	1,2%	0,7%
Religioso	0,0%	1,3%	0,0%	0,6%	0,7%
Militar ou Policial Civil	0,9%	0,6%	0,6%	0,0%	0,7%
Urbana Media	9,8%	8,2%	5,8%	4,2%	0,7%
Ruralista	2,7%	0,0%	2,3%	0,0%	0,7%
Rural media	0,9%	2,5%	0,6%	1,8%	2,9%
Outros	6,3%	6,9%	5,2%	9,0%	8,0%
Sem informacao	8,0%	4,4%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: TSE.

**Tabela 9 – Distribuição sócio-ocupacional dos Deputados Federais: Centro (1998-2014)**

PROFISSÃO CENTRO	1998	2002	2006	2010	2014
Profissional Liberal	43,1%	40,8%	25,6%	19,2%	23,8%
Funcionario Publico	2,1%	3,2%	2,3%	1,2%	2,3%
Magisterio	2,1%	3,2%	1,7%	1,2%	0,9%
Empresario	4,3%	7,0%	12,8%	7,8%	13,1%
Politico	25,5%	31,2%	48,8%	56,3%	50,5%
Comunicador	1,1%	1,3%	0,6%	0,6%	1,4%
Religioso	0,0%	0,6%	0,6%	0,0%	0,5%
Militar ou Policial Civil	0,5%	1,3%	0,0%	0,6%	0,5%
Urbana Media	3,2%	3,2%	3,5%	3,0%	2,8%
Ruralista	3,2%	0,6%	0,6%	1,2%	0,5%
Rural media	0,0%	0,6%	0,0%	0,6%	0,0%
Outros	8,0%	2,5%	3,5%	8,4%	3,7%
Sem informacao	6,9%	4,5%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: TSE.



**Tabela 10 – Distribuição sócio-ocupacional dos Deputados Federais: Direita (1998-2014)**

PROFISSÃO DIREITA	1998	2002	2006	2010	2014
Profissional Liberal	38,9%	27,8%	26,6%	14,4%	13,6%
Funcionario Publico	3,8%	1,0%	1,8%	0,0%	3,7%
Magisterio	3,3%	3,1%	2,4%	2,2%	1,2%
Empresario	5,2%	8,8%	9,5%	16,1%	9,3%
Político	19,9%	33,0%	46,7%	59,4%	57,4%
Comunicador	1,4%	2,1%	2,4%	1,1%	2,5%
Religioso	2,8%	3,6%	0,6%	0,6%	0,0%
Militar ou Policial Civil	0,9%	0,5%	0,6%	0,0%	2,5%
Urbana Media	2,4%	2,1%	3,0%	2,2%	3,1%
Ruralista	8,5%	2,1%	2,4%	0,6%	0,6%
Rural media	0,5%	1,5%	0,6%	0,0%	0,6%
Outros	10,0%	1,5%	3,6%	3,3%	5,6%
Sem informacao	2,4%	12,9%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: TSE.

No entanto, o grupo profissional que mais cresceu foi o dos indivíduos que se declaram como “políticos”. De fato, a literatura já vem apontando para o aumento da presença de políticos, na Câmara, que já eram membros do poder Legislativo federal – estando, inclusive, sobrerrepresentados (Perissinotto e Bolognesi, 2010). Este dado é um dos indicativos da tendência à profissionalização dos políticos brasileiros, e que se contraporia a um processo de popularização da Câmara (Costa e Codato, 2012).

Cabe problematizarmos, porém, os significados em torno desta profissionalização. Ao se declarar como “político”, o indivíduo assume que faz da política a sua real ocupação. No entanto, a sua trajetória de vida e formação profissional são fundamentais para se compreender melhor o perfil deste parlamentar: dizer que é um “político profissional” nos informa pouco sobre seus processos de socialização, suas referências e suas redes de relações – que podem ter sido construídas inclusive antes da entrada destes deputados na cena pública. Todo este conjunto de fatores afeta a maneira como eles entendem o fazer político e como constroem suas bases. A profissionalização política não ocorre, portanto, alheia a um quadro de formação sócio-ocupacional e cultural mais amplo.

A chave para entendermos este “segundo nível profissional”, para além da declaração enquanto político presente no Repertório de Dados do TSE, se encontra no Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados (CD), separado por Legislaturas e

organizado pelo próprio Centro de Documentação da Câmara<sup>9</sup>. Trata-se uma base de dados já utilizada em outros trabalhos (Rodrigues, 2002 – para a 51ª Legislatura). As informações disponíveis sobre as profissões dos parlamentares, neste documento, são mais precisas do que as colocadas pelo TSE. As diferenças entre as informações prestadas pelos dois bancos de dados são apresentadas nas tabelas abaixo, para a Legislatura atual (55ª).

Uma observação a ser feita: a soma das porcentagens para os dados da CD é maior do que 100%, pois os deputados declaram mais de uma profissão no Repertório. Além disso, não constam neste documento dados de 21,8% dos deputados, isto é, 111 políticos. No TSE, por outro lado, temos os dados de todos os indivíduos.

**Tabelas 11, 12, 13 e 14 – Diferenças entre os dados do TSE e da CD, para as profissões declaradas pelos parlamentares da 55ª Legislatura (geral e por bloco ideológico)**

<b>PROFISSAO 2014</b>	<b>TSE</b>	<b>CD</b>
Profissional Liberal	20,7%	43,5%
Funcionario Publico	2,7%	4,7%
Magisterio	2,3%	10,1%
Empresario	10,7%	19,7%
Politico	51,1%	1,0%
Comunicador	1,6%	6,4%
Religioso	0,4%	1,9%
Militar ou Policial Civil	1,2%	2,3%
Urbana Media	2,3%	7,2%
Ruralista	0,6%	2,9%
Rural media	1,0%	2,3%
Outros	5,5%	2,3%
Sem informacao	0,0%	21,8%

<b>PROFISSAO ESQUERDA 2014</b>	<b>TSE</b>	<b>CD</b>
Profissional Liberal	24,1%	41,6%
Funcionario Publico	2,2%	7,3%
Magisterio	5,8%	11,7%
Empresario	8,8%	15,3%
Politico	44,5%	0,0%
Comunicador	0,7%	5,1%
Religioso	0,7%	0,7%
Militar ou Policial Civil	0,7%	0,7%
Urbana Media	0,7%	7,3%
Ruralista	0,7%	0,7%
Rural media	2,9%	6,6%
Outros	8,0%	2,2%
Sem informacao	0,0%	22,6%

**Fontes:** TSE e Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados.

<sup>9</sup> Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5164>. Acessado em: 26/09/2015.

PROFISSAO CENTRO 2014	TSE	CD	PROFISSAO DIREITA 2014	TSE	CD
Profissional Liberal	23,8%	48,1%	Profissional Liberal	13,6%	38,9%
Funcionario Publico	2,3%	4,7%	Funcionario Publico	3,7%	2,5%
Magisterio	0,9%	9,8%	Magisterio	1,2%	9,3%
Empresario	13,1%	18,2%	Empresario	9,3%	25,3%
Politico	50,5%	0,9%	Politico	57,4%	1,9%
Comunicador	1,4%	5,1%	Comunicador	2,5%	9,3%
Religioso	0,5%	1,9%	Religioso	0,0%	3,1%
Militar ou Policial Civil	0,5%	1,4%	Militar ou Policial Civil	2,5%	4,9%
Urbana Media	2,8%	3,3%	Urbana Media	3,1%	12,3%
Ruralista	0,5%	2,3%	Ruralista	0,6%	5,6%
Rural media	0,0%	0,5%	Rural media	0,6%	1,2%
Outros	3,7%	1,4%	Outros	5,6%	3,7%
Sem informacao	0,0%	24,8%	Sem informacao	0,0%	17,3%

**Fontes:** TSE e Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados.

Os dados do Repertório revelam outro perfil dos deputados federais da 55ª Legislatura. O número de parlamentares que se declaram políticos cai drasticamente: de 51,1% para 1,0%. Nota-se, pois, que a declaração enquanto político profissional, na verdade, oculta experiências sócio-ocupacionais distintas da atuação no Legislativo. Mesmo atuando enquanto parlamentares, os políticos não estão descolados de suas trajetórias profissionais e de formação prévias. Cresce, consideravelmente, o número de profissionais liberais, trabalhadores do magistério e de setores urbanos médios. Estas informações reforçam um perfil da Câmara que já era apontado por Fleischer (1988), sobre as Legislaturas do período da abertura democrática (1978-1983). Para aquele contexto, o autor apontava que os políticos detinham experiências prévias muito mais em cargos administrativos do que propriamente eletivos.

Sobre os grupos profissionais mais diretamente associados aos conservadores – ruralistas, religiosos, empresários, militares e policiais civis - observa-se que há um crescimento no número de parlamentares ligados a eles, sobretudo nos partidos de centro e de direita. Religiosos, ruralistas e policiais permanecem com as mesmas porcentagens entre os partidos de esquerda, para as duas bases de dados – valores muito baixos. A única mudança mais significativa é notada nos empresários, que praticamente dobram, de acordo com os dados do Repertório. No entanto, ao deslocarmos para o centro e, mais diretamente, para a direita, os valores se incrementam de modo considerável: os empresários chegam a 25,3%, os ruralistas a 5,6%, e os militares, a cerca de 5%. Os religiosos passam de 0%, no TSE, para cerca de 3% no Repertório.

Os dados do Repertório revelam um perfil parlamentar já tradicionalmente apontado pela literatura (Rodrigues, 1987; 2002; Fleischer, 1988; Santos e Serna, 2007; Costa e Codato, 2012), onde se destacam setores ligados ao empresariado, aos profissionais liberais (sobretudo advogados) e servidores públicos - todos eles atravessam o espectro ideológico. Esses mesmos autores discutem as mudanças pelas quais vem passando a composição social da Câmara ao longo do tempo. No entanto, essas mudanças nos parecem ser mais lentas e complexas do que se pensa. A tendência crescente à profissionalização política tem ocorrido, como apontam Veiga e Perissinotto (2011) e Perissinotto e Bolognesi (2010). No entanto, os dados revelam que esta profissionalização não ocorre isoladamente, ou seja, não se destoa de outros perfis sócio-ocupacionais. Estes, por sua vez, podem nos dizer muito sobre as trajetórias dos deputados e a partir de que lugar os seus interesses estão sendo colocados no debate político.

## **Conclusões**

A 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados apresenta o maior índice de fragmentação partidária desde a redemocratização, com um total de 28 partidos elegendo pelo menos um representante. Parte desta fragmentação se deve aos novos partidos (SD, PROS e PSD), que obtiveram resultados consideráveis no pleito de 2014. Isso fez com que tendências ideológicas mais ligadas ao centro e à centro-direita crescessem, por conta da origem dos parlamentares que já exerceram mandatos por outros partidos. A esquerda, por sua vez, reduziu a quantidade de eleitos, assim como a direita, ainda que com redução muito mais suave.

Em relação à escolaridade, sexo e faixa etária, os dados pouco mudaram, em relação às Legislaturas anteriores. Cabe destacar, porém, o crescimento relativo do número de mulheres e de políticos com menos de 30 anos, sobretudo nos partidos de centro e de direita.

Sobre as tendências conservadoras, apontadas pela mídia recentemente, não há elementos que sustentem esta tese, a princípio. Os dados do TSE revelaram um crescimento dos políticos profissionais, o que não os leva, necessariamente, para o

espectro mais à direita do *continuum* ideológico. Por sua vez, as informações contidas no Repertório nos mostram que esta profissionalização ocorre em paralelo a outras profissões e contextos sócio-ocupacionais em que se inserem os parlamentares. Para este conjunto de dados, nota-se um crescimento dos grupos profissionais mais frequentemente associados a tendências conservadoras. Cabe observar, pois, em que medida essa tendência, tão comentada atualmente, vem crescendo ao longo do tempo ou não. Porém, só trabalhamos com os dados desta fonte para a 55ª Legislatura. Portanto, pesquisas futuras, comparando estas informações com a dos pleitos anteriores a partir da mesma fonte, poderão revelar essa dimensão. Uma análise comparativa da atividade parlamentar ajudaria a completar esta análise em torno da “onda conservadora”.

O que procuramos chamar a atenção, aqui, é para dois pontos fundamentais. Por um lado, a “onda conservadora” não é dada apenas pelo incremento de políticos associados a grupos profissionais tradicionalmente situados mais à direita. Por outro, a profissionalização desses políticos complexifica o cenário, fazendo com que afirmações mais amplas em torno do perfil ideológico da Câmara necessitem de estudos mais aprofundados, e que levem em consideração a trajetória política e sócio-ocupacional dos parlamentares eleitos.

### **Referências Bibliográficas:**

ALVES, Maria Teresa Gonzaga. Conteúdos ideológicos da Nova Direita no município de São Paulo: análise de *surveys*. *Opinião Pública*, vol. 6, nº 2, pp. 191-229, 2000.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; VEIGA, Luciana Fernandes; MIRÍADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 24, nº 70, junho/2009.

COSTA, Luiz Domingos; CODATO, Adriano. Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos senadores da República. *Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil*, Working papers/textos para discussão, n. 2, 2012.

COSTA, Paulo Roberto Neves; COSTA, Luiz Domingos; NEVES, Wellington. Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no

Senado brasileiro (1986-2010). *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 14, pp. 227-253, 2014.

FLEISCHER, David (org). *Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982*. Brasília: Editora UnB, 1988.

GIBSON, Edward J. Conservative Electoral Movements and Democratic Politics: Core Constituencies, Coalition Building, and the Latin American Electoral Right. In: CHALMERS, D.; SOUZA, M. C. C.; BORON, A. (orgs). *The Right and Democracy in Latin America*. New York: Praeger, 1992.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy J.. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: Quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2000.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, nº 64, 2007.

MIDDLEBROOK, Kevin J. Introduction: Conservative Parties, Elite Representation, and Democracy in Latin America. In: MIDDLEBROOK, Kevin J (edit.). *Conservative Parties, the Right, and Democracy in Latin America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2000.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; BOLOGNESI, Bruno. Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). *Brazilian Political Science Review*, v. 4, n. 1, p. 10-32, 2010.

POWER, Timothy. Centering Democracy? Ideological Cleavages and Convergence in the Brazilian Political Class. In: KINGSTONE, Peter and POWER, Timothy (eds). *Democratic Brazil Revisited*. University of Pittsburgh: Pittsburgh, 2008.

\_\_\_\_\_; ZUCCO JR. Cesar. *O Congresso Por Ele Mesmo: Autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é Quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987.

\_\_\_\_\_. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos deputados*. São Paulo: EDUSP, 2002.

\_\_\_\_\_. Mudanças na classe política brasileira. São Paulo: FIESP/CIESP. *Debates – Documentos e Estudos*, nº 9, 2006.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, M.C.C.. The Contemporary Faces of the Brazilian Right: An Interpretation of Style and Substance. In: CHALMERS, D.; SOUZA, M. C. C.; BORON, A. (orgs). *The Right and Democracy in Latin America*. New York: Praeger, 1992.

VEIGA, Luciana; PERISSINOTTO, Renato M. Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010. *Trabalho apresentado no 35º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu - MG, 2011.

ZUCCO JR., Cesar. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, Timothy; ZUCCO JR. Cesar. *O Congresso Por Ele Mesmo: Autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

#### **ANEXO – Sexo, faixa etária e escolaridade dos parlamentares, por bloco ideológico (1998-2014)<sup>10</sup>**

<b>SEXO ESQUERDA</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
masculino	92,0%	86,8%	87,2%	87,3%	86,1%
feminino	8,0%	13,2%	12,8%	12,7%	13,9%

<b>SEXO CENTRO</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
masculino	92,0%	93,0%	93,0%	92,2%	91,6%
feminino	8,0%	7,0%	7,0%	7,8%	8,4%

<b>SEXO DIREITA</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
masculino	97,6%	94,8%	93,5%	93,9%	91,4%
feminino	2,4%	5,2%	6,5%	6,1%	8,6%

<sup>10</sup> Todas as tabelas foram construídas a partir de dados do TSE.

<b>IDADE ESQUERDA</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
Até 30	0,9%	3,1%	5,8%	3,6%	2,9%
30 - 40	26,8%	15,7%	9,3%	7,8%	14,6%
40 - 50	46,4%	47,2%	39,0%	34,3%	21,9%
50 - 60	21,4%	30,2%	38,4%	40,4%	41,6%
Mais 60	4,5%	3,8%	7,6%	13,9%	19,0%

<b>IDADE CENTRO</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
Até 30	2,1%	2,5%	1,7%	3,6%	7,5%
30 - 40	15,4%	9,6%	11,6%	14,4%	18,2%
40 - 50	41,0%	36,3%	33,1%	26,3%	22,0%
50 - 60	35,1%	36,3%	30,2%	35,9%	32,7%
Mais 60	6,4%	15,3%	23,3%	19,8%	19,6%

<b>IDADE DIREITA</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
Até 30	2,4%	1,6%	4,7%	4,4%	5,6%
30 - 40	15,2%	12,4%	11,8%	19,4%	13,0%
40 - 50	38,4%	30,1%	28,4%	24,4%	30,9%
50 - 60	28,9%	36,8%	30,8%	28,3%	30,9%
Mais 60	15,2%	19,2%	24,3%	23,3%	19,8%

<b>ESCOLARIDADE ESQUERDA</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
Lê e Escreve	0,0%	0,6%	0,6%	0,0%	0,0%
Ensino Fundamental Incompleto	2,7%	2,5%	1,2%	0,6%	1,5%
Ensino Fundamental Completo	0,9%	1,9%	1,2%	4,8%	3,6%
Ensino Médio Incompleto	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Ensino Médio Completo	5,4%	7,5%	8,7%	7,2%	6,6%
Ensino Superior Incompleto	9,8%	11,9%	8,7%	10,2%	8,0%
Ensino Superior Completo	80,4%	73,6%	79,7%	77,1%	80,3%
Não Informado	0,0%	1,9%	0,0%	0,0%	0,0%

<b>ESCOLARIDADE CENTRO</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
Lê e Escreve	0,0%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%
Ensino Fundamental Incompleto	0,0%	0,0%	0,6%	0,0%	0,5%
Ensino Fundamental Completo	0,5%	1,9%	1,2%	1,8%	0,5%
Ensino Médio Incompleto	2,1%	2,5%	0,6%	0,0%	1,4%
Ensino Médio Completo	9,0%	10,8%	6,4%	9,6%	7,9%
Ensino Superior Incompleto	6,9%	7,6%	8,1%	7,8%	6,1%
Ensino Superior Completo	80,9%	76,4%	83,1%	80,8%	83,6%
Não Informado	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%



<b>ESCOLARIDADE DIREITA</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
Lê e Escreve	0,5%	0,0%	0,0%	0,6%	0,6%
Ensino Fundamental Incompleto	0,9%	2,1%	1,2%	0,6%	0,6%
Ensino Fundamental Completo	0,5%	2,6%	1,8%	3,9%	2,5%
Ensino Médio Incompleto	2,4%	1,0%	1,2%	2,2%	0,6%
Ensino Médio Completo	12,3%	10,8%	11,8%	9,4%	11,7%
Ensino Superior Incompleto	5,2%	7,2%	5,3%	7,8%	9,3%
Ensino Superior Completo	77,3%	75,3%	78,7%	75,6%	74,7%
Não Informado	0,9%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%